A «CONSPIRAÇÃO DOS FIDALGOS»

SEGUNDO UM MANUSCRITO DA BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA

PUBLICADO E PREFACIADO

POR

RODRIGUES CAVALHEIRO

Comp. e imp.: — IMPRENSA BAROETH — Rua do Telhal, 65

LISBOA *1936*

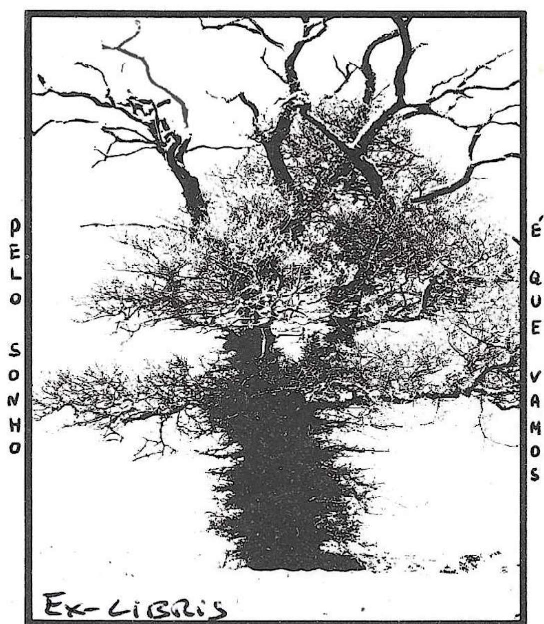
€20

A Sampayo Ribeiro, com sincera estima e aprêço intelectual, of.

Dez.º 1937. Rodrigues Cavalheiro.

A «CONSPIRAÇÃO DOS FIDALGOS»

Lx 29/I/68



A «CONSPIRAÇÃO DOS FIDALGOS»

SEGUNDO UM MANUSCRITO DA BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA

PUBLICADO E PREFACIADO

POR

RODRIGUES CAVALHEIRO

Comp. e imp.: — IMPRENSA BAROETH — Rua do Telhal, 65

LISBOA *1936*

ENTRE tantos capítulos da História de Portugal ainda por estudar, o que se refere à penetração na nossa vida nacional das influências maçónicas e das idéias liberais é dos menos conhecidos e dos mais escassamente documentados. É, contudo, inegável que todo o período que decorre da guerra do Rossilhão à primeira invasão francesa é marcado por uma sucessão de factos que denotam um crescente mal-estar político e anunciam os acontecimentos que, a partir de 1817, dividiriam o país numa longa, sangrenta guerra civil. Intrigas diplomáticas, conjuras de salão, tumultos na praça pública obedecem sempre a um objectivo aparentemente inexplicável e obscuro, mas a que não são nunca alheios nem os provocadores estranjeiros nem as sociedades secretas. Assim, a *Campanha das Laranjas,* em 1801, os motins de Campo de Ourique, em 1803, e a *Conspiração dos Fidalgos,* em 1805, são outros tantos sintomas precursores do duelo sem tréguas que se vai travar entre duas mentalidades opostas.

Um documento da Biblioteca Nacional de Lisboa fornece-nos algumas informações que supomos inéditas acêrca da misteriosa cabala que, do outono de 1805 à primavera de 1806, pretendeu arrancar a regência do reino ao

Príncipe D. João, a pretexto duma doença propositadamente avolumada pelos que tinham vantagem nessa mudança governativa. Dos factos averiguados pode, sem esfôrço, concluir-se que o triângulo simbólico, ao serviço de inconfessáveis interêsses de além-fronteiras, inspirava essas manobras ocultas, tramadas, muitas vezes, em palácios aris ocráticos, com a cumplicidade de grandes nomes e a colaboração de ilustres damas. É uma época singular, em que a nossa política, sob a ameaça sempre iminente do perigo napoleónico, oscila entre o *Partido Francês,* que, à custa do Tesouro já exausto, pretende comprar uma neutralidade indigna, e o *Partido Inglês,* reùnindo a parte sã dos portugueses para uma resistência honrosa às ambições desmedidas do novo César. Sofrendo os embates violentos destas duas tendências opostas, em que se reflectia todo o drama europeu de então, Portugal atravessa uma crise grave de carácter, de patriotismo e de moral cívica, de que só acordará heroicamente sob a pressão brutal da soldadesca de Junot, a que Mousinho da Silveira chamaria *«boas gentes»* . . .

Importa, porém, antes de mais nada, recordar o que sôbre a enigmática conjura de 1805 referem algumas testemunhas contemporâneas. Embora os seus depoimentos apresentem muito de nebuloso e de contraditório, êles servirão, todavia, para fixar certos pontos fundamentais.

Ouçamos em primeiro lugar o autor anónimo da *História de El-Rei D. João Sexto,* impressa em Lisboa no ano de 1838, e «vertida do francês pelo tradutor da Cartilha do Bom Cidadão». Escreve êle a certa altura, referindo-se ao futuro D. João VI: — «Tinha o príncipe regente repetidas vezes vertigens e acessos de melancolia como

sujeito que era desde muito tempo a ataques hemorroidais: havendo-se-lhe pois agravado em 1805 êste padecimento habitual, redobraram os delíquios, e sua natural fraqueza chegou a tal auge, que temia montar no cavalo ainda o mais manso: certo terror pânico prestes o obrigou a abandonar a caça e os outros exercícios, figurando-se-lhe ver por tôda a parte precipícios a seus pés: abandonou a quinta de Queluz, transpassado pela idéia, de que fôra neste sítio de recreio, que sua mãe manifestara os primeiros sinais de alienação: deixou Mafra e os frades, e, assistido por um médico inhábil, passou a viajar pelo Alentejo». E acrescenta em seguida que «o véu misterioso, com que era vedado o seu acesso a tôdas as pessoas, concorreu para fazer acreditar os boatos sôbre a loucura do príncipe, que tendo origem na côrte giraram logo depois entre o povo».

Foi então —prossegue o nosso autor— que «certo partido poderoso, cujos elementos dispersos não deixaram de se agitar, aproveitou êste ensejo para operar uma mudança favorável à alta alta nobreza, sempre anelante por tornar a exercer a antiga preponderância, de que o Marquês de Pombal a havia privado». Em que consistia a conspiração e quais eram os objectivos dos conjurados? É ainda o historiador anónimo a que nos estamos referindo quem nos vai esclarecer: — «Lançaram-se as vistas sôbre a princesa D. Carlota, que desde muito tinha perdido a afeição de seu marido, e houve quem projectasse colocá-la à testa do Govêrno, na qualidade de regente. Apareciam, entre os conspiradores, muitos dos mais distintos fidalgos, assim como alguns militares de patentes superiores, e vários magistrados, contando todos com o

apoio do povo, cuja opinião era naquela época mui favorável à princesa...»

Todavia, e segundo a mesma narrativa, «tais projectos, traçados e conduzidos por gente leviana e imbecil, ao mesmo tempo que divulgados com uma indiscrição pueril, abortaram ràpidamente pelo súbito restabelecimento da saúde do príncipe, obra de alguns remédios adequados.»

Seguiram-se as sanções, promovidas pelo Conde de Vila Verde, «que bem claro havia sido ameaçado pelos descontentes», não se hesitando em proceder rigorosamente contra os culpados. Um hábil e inteligente magistrado, encarregado da devassa, «prestes obteve a prova da culpabilidade dos conspiradores, havendo-se apreendido várias proclamações impressas e outros documentos». E o autor da obra acrescenta mais estes pormenores de alta importância: —«O príncipe mostrou-se sobremodo grato, proclamando o conde como seu salvador e único amigo; porém, sempre pouco inclinado a punir os grandes criminosos, limitou-se a desterrar alguns dêles para as suas terras, mandando sôbre-estar nos processos. O marquês de Alorna, sendo primeiramente demitido do vice-reinado do Brasil para que havia sido nomeado, foi feito depois governador das armas do Alentejo; o conde de Sabugal e o marquês de Ponte do Lima tiveram ordem para ir viver em seus respectivos solares; e algumas pessoas menos notáveis foram demitidas. A despeito desta moderação, o magistrado José Anastácio de Figueiredo, instrutor do processo, morreu pouco depois com todos os indícios de haver sido envenenado; e o conde de Vila Verde não lhe sobreviveu por muito tempo».

E assim termina, na parte que nos interessa de momento, a *História de El-Rei D. João Sexto*. Vamos registar a seguir dois depoimentos singularmente curiosos — o de José Liberato Freire de Carvalho e o do marquês de Fronteira e de Alorna, onde se colhem também algumas indicações sôbre esta página obscura da nossa vida política.

*

* *

As «Memórias da vida» de José Liberato Freire de Carvalho, começadas a escrever aos oitenta anos de idade e publicadas em 1855, são um documento de alto interêsse para o estudo dos acontecimentos que antecederam a implantação do liberalismo entre nós. Através das suas linhas, e mais ainda das suas entrelinhas, se pode avaliar tôda a influência de certas correntes subterrâneas na marcha dos sucessos políticos anteriores à queda do Antigo Regime.

Também José Liberato no diz, aludindo aos factos decorridos à volta de 1805-1806, que «o Príncipe Regente havia passado naquela época por grandes desgostos domésticos; andou por muito tempo melancólico, foi meter-se no Alfeite, e correram boatos de que tinha enlouquecido». E acrescenta: — «Esteve quase determinado a fazer públicos os seus desgostos, que em verdade eram graves; mas constou que D. Rodrigo, então Ministro, o dissuadira de dar a saber a Portugal e ao Mundo os tristes mistérios do palácio...»

A seguir a estas insinuações, José Liberato refere-se à conspiração escrevendo: — «O que também constou nesse

tempo foi, que a Princesa Carlota pretendera pela primeira vez desfazer-se politicamente do marido, e quisera assumir a Regência, razão por que se tinham espalhado sinistros boatos sôbre o estado mental do Regente». A seguir continua: — «A verdade é que sempre houve tentativa, tal ou qual, para aquela conspiração, porque alguns fidalgos foram desterrados; descobriram-se papéis importantes em uma casa que em Arroios pertencia à Condessa de Alorna, que depois foi Marquesa do mesmo nome; a Condessa saiu de Lisboa para Inglaterra; e em Mafra morreu de repente, ou quase de repente, José Anastácio, ajudante do Intendente Geral da Polícia, e segundo se disse, com «veneno», por ser cúmplice, ou ter descoberto o segrêdo».

Mas José Liberato relata-nos ainda a forma como a conspiração se estava urdindo (e onde se pressente à légua o dedo maçónico...) e também a maneira como se deu com o fio da meada. Ouçamo-lo, para depois confrontar o seu depoimento com o que nos faculta a leitura do manuscrito da Biblioteca Nacional que adiante publicamos: — «Outra descoberta, não menos notável, se fez na mesma época, que mostrava ter a Princesa Carlota amigos com quem contava, e estes eram da roda da alta fidalguia. Esta descoberta fez-se pela maneira seguinte. Estava em Lisboa um padre beneditino, chamado Fr. Francisco do Rosário, parente dos Melos Ficalhos, e que depois secularizado, morreu deputado às Côrtes Constituintes do ano 20. Tinha êle um parente, ainda moço, de quem o nome me não lembra, e que o tratava com tôda a franqueza. Êste disse-lhe um dia, que havia sido convidado para uma sociedade de fidalgos, sociedade que já

tinha estatutos, adeptos, e estava recrutando gente. Acrescentou que desejava saber a fundo o seu fim, e que por isso aceitava o convite; mas que já lhe parecia constar ela dos amigos da Princesa. O Rosário respondeu-lhe que fazia bem em querer indagar o negócio; e como tivesse por amigo fiel o Prior dos Anjos Ferrão, contou-lhe logo o que acabava de saber; e como também Ferrão tivesse muita entrada em casa de D. Rodrigo, que era seu freguês, e a-pesar-de ser taxado de pedreiro-livre era mais amigo do trono e do altar do que aqueles que o julgavam injuriar com aquele nome, contou a D. Rodrigo o que lhe tinham comunicado. Esta revelação creio que foi uma das causas de se dar com um dos fios daquela conspiração, à qual se seguiram as prisões, e desterros de que já falei».

*

* *

É logo nas primeiras páginas das suas curiosíssimas «Memórias» que o Marquês de Fronteira e de Alorna alude à denominada «Conspiração dos Fidalgos». Escreve êle, começando o capítulo II da primeira parte da sua obra: — «Estavam então ausentes de Lisboa alguns dos meus próximos parentes e íntimos amigos de meu Pai, Mãe e Avó, os quais eu não conhecia senão de nome, começando por minha própria Avó e por meu tio, o Marquês de Alorna, porque em 1804 tinham sido mandados saír da Côrte, uns em comissões honrosas, outros desterrados.—Nos primeiros, entravam o Marquês de Alorna, Governador da Província do Alentejo, o Conde de Sabugal para inspeccionar as fortalezas do Algarve, o

Marquês de Ponte do Lima, as da Beira, e D. Bernardo de Lorena, depois Conde de Sarzedas, Vice-Rei da India. Nos últimos, estava minha Avó, intimada para saír da Côrte em vinte e quatro horas».

E o memorialista esclarece:—«Todos aqueles fidalgos eram tidos pelas pessoas mais ilustradas da Côrte do Príncipe Regente, mas cumpre advertir que o Govêrno, nomeando-os para aquelas comissões, não teve em vista aproveitar as suas luzes e ilustração, mas sim afastá-los da Côrte, no desagrado da qual tinham caído». A seguir refere-se nestes termos ao motivo que determinou estas medidas do Govêrno: — «A polícia, dirigida então pelo famoso Intendente Pina Manique, ou com o firme propósito de comprometer parte da antiga aristocracia, ou porque ignorasse completamente o que se passava, fez crer ao Príncipe Regente que se tramava uma conspiração terrível, promovida pelos Governos francês e espanhol, e principalmente pelo Príncipe da Paz, para o deporem e proclamarem a Princesa Carlota Regente do Reino, e fez passar minha Avó como pertencendo às sociedades maçónicas e afrancesadas, o que não era nem nunca foi».

Explica-nos depois o Marquês de Alorna que sua Avó, a famosa escritora, havia fundado a «Sociedade da Rosa», com o fim de combater as idéias da Revolução Francesa e as sociedades secretas por meio de outras sociedades secretas. Não se compreende muito bem como, numa época em que Pina Manique dava caça brava aos jacobinos e a tudo quanto de França provinha que pudesse alterar a boa ordem social, se tornava necessário fundar uma associação clandestina para combater o jacobinismo

afrancesado. E apesar de nelas — como afirma com tôda a convicção o autor das «Memórias» — se tratar menos de política do que de literatura, contra essas reüniões— talvez relembrando os dezoito anos passados na Junqueira a ferros de Pombal. . . —se insurgiu o velho Marquês e verificou-se, depois, que com bastante razão. «Tristes reüniões foram elas, com efeito, porque custaram a minha Avó doze anos de degredo em países estranjeiros, a meu o Marquês de Alorna, um sem número de pesares e por fim a morte, e à maior parte dos sócios uma série de desgostos. . . »

*

* *

No estudo que, no *Ao Princípio era o Verbo,* António Sardinha consagrou ao perfil tam injustamente apreciado de D. Carlota Joaquina, também há referências à *Conspiração dos Fidalgos.* Assim, escreve o malogrado Mestre do nosso Nacionalismo:—«Imputa-se a D. Carlota Joaquina, além da sua conduta irregular, a porfiada ambição que a levou a atormentar a existência, já de si amargurada, de D. João VI. E' freqüente pôrem-na à frente da conspiração que em 1806, durante um agudo ataque de neurastenia do Príncipe-Regente, procurou forçá-lo a abandonar o poder. Sem dúvida que ocorrências anormais se produziram então. D. João VI caíra numa grave depressão nervosa, em que se via já repetida a loucura da Rainha-Mãi. Aproveita o ensejo o *partido-francês,* que manobrava na sombra, para afirmar as suas posições. E' bom recordar que, segundo o testemunho de José Maria Xavier de Araújo nas suas *Revelações e Memórias,* foi por

essa altura que politicamente a Maçonaria deu os seus primeiros sinais de vida.—Entre os conjurados destacam-se o marquês de Alorna e mais outros fidalgos, que mais tarde abraçariam o serviço de Napoleão. No fundo, quem operava era o representante de Bonaparte em Madrid, Beurnonville, cujo plano consistia em «fazer passar o govêrno de Portugal às mãos do príncipe da Paz, entrando no jôgo o rei de Espanha na qualidade de tutor natural do seu neto, o Príncipe da Beira, uma vez repelida Dona Carlota pelo país como indigna da regência». (Oliveira Lima, *Dom João VI no Brasil,* págs. 6)».

António Sardinha crê, porém, que, embora outras intenções inspirassem o manejo secreto da cabala, D. Carlota Joaquina «se limitou a reclamar para si um direito de que não devia abdicar». E transcreve um passo de Ribeiro Saraiva *(O Miguelista em Londres,* n.° 1, Londres, 1870) que confirma tal hipótese:—«Foi o caso que, indo eu, uma tarde, creio que no verão de 1824, com meu Pai às Picôas, visitar o Principal Freire, que como sabem os que o conheceram era homem franco e decidido em seu falar, veiu na conversação o mencionar-se o facto de... achar-se a Imperatriz e Rainha como presa em Queluz, em resultado das intrigas e calúnias da mesma gente que preparava a Portugal a usurpação de D. Pedro, depois da morte de seu pai... Por tal ocasião disse-nos o Principal:—A rainha tem sido muito injusta e falsamente acusada de tirar o govêrno a seu marido. Isso já vem de longe, pois, quando D. João VI, ainda Príncipe Regente, esteve doente, de sorte que se receou muito que perdesse o juizo, como a rainha sua mãe, e se tratava de ver quem o havia de substituir na regência, desejava certo partido

e procurava fazer, que em tal caso, fosse a princesa viúva, D. Maria Benedicta, tia do príncipe regente e se excluisse da mesma regêncía a princesa D. Carlota, a quem, no impedimento do príncipe seu marido, competia substituí-lo no govêrno do reino. Pois, apesar de tal estuche, D. Carlota não fez mais que mandar prudente e confidencialmente apalpar e tentear, se vindo a dar-se com efeito o caso da alienação mental do Príncipe, ela seria apoiada em sua legítima prerogativa de exercer por ela a regência durante o impedimento do marido.»

Em nota, António Sardinha traslada, por fim, um trecho da obra de D. Julián Maria Rúbio sôbre *La Infanta Carlota Joaquina y la política de España en America* (Madrid, 1920) que ao mesmo assunto se refere. Ei-lo:—«*Por el año de 1806 ocurrió en Portugal un hecho de gran transcendencia para la vida de D.ª Carlota Joaquina, y de ese hecho data su separación del Principe regente. El hecho fué que, hallandose el principe enfermo de gravedad y sospepechandose que padecia la mesma enfermedad que su madre, se formó una conjuración, compuesta por el conde Sabugal, el marqués de Ponte de Lima y otras importantes personas de la corte, con el objecto de elevar a la infanta su esposa a la regencia, lo cual hace suponer que aquella dama formaba parte de la conjuración, o por lo menos prestaba su asentimiento a ella.*» E D. Julián Maria Rúbio acrescenta:—«*A proposito de tal hecho he tenido recientemente la fortuna de hallar tres interesantisimas cartas, dos de la infanta D.ª Carlota, dirigidas a su padre Carlos IV la una, y a su madre Maria Luiza la otra; y la tercera que debe ser del marqués de Ponte de Lima, según se deduce de la que D.ª Carlota dirige a su padre. Esos tres documen-*

tos dán luz sobre la conjuración fraguada, y por ellos se se observa que el proiecto tuvo mayor importancia de la que generalmente se le ha dado, pueste que, según se deduce de dichas cartas, se trataba nada menos de la intervención armada de España. En la primera la infanta cuenta a su padre como el principe su esposo está muy enfermo de su cabeza, por lo que gran parte de la corte se ha congregado alrededor de la infanta, que pide se la auxilie en sus propositos, enviando un energico ultimatum al principe para que le concieda intervención en el gobierno. De esto modo, dice, se evitará una guerra civil entre sus partidarios y los del principe, y se conseguirá que el pueblo portugués tenga un gobierno en que la cabeza no esté desequilibrada. Esta demanda la hace como pediendo proteción para ella y para sus hijos que se ven menospreciados. La carta a Maria Luiza es unicamente para que apoye con eficacia la anterior pretension ante Carlos IV. La tercera carta, muy curiosa por certo, demuestra, entre otras cosas, que la conjuración se estendia bastante; es notable cuanto en ella se habla del principe y de la infanta, pues dice: «O nosso Homem (el principe) está cada dia pior e pouco falta para se declarar completamente alienado, já todos dizem claramente q̃. ele não pode ver a nossa Divindade tutelar (la infanta)». En esta carta se ve parte de la organisación del complot, pues se da a entender que tratan de atraerse al embajador de Portugal en Paris, por medio de lo de España; se habla que la princesa debe ser la salvaguardia de los conjurados para lo que debe avisar a su padre y de aqui enviar socorros.»

As cartas a que se refere o passo acima transcrito, e que se encontram em Madrid, no *Archivo Histórico*

Nacional, insere-as igualmente António Sardinha logo após os comentários de D. Julián Maria Rúbio. Elas são, de facto, do maior interêsse para o conhecimento da política agitada de então.

Poucos autores mais se referem a estes factos, pois Luz Soriano e Pinheiro Chagas limitam-se a repetir o que outros escreveram. Resta-nos, para melhor esclarecimento do problema, tornar conhecido o manuscrito da Biblioteca Nacional, que reputamos inédito e que nos fornece pormenores interessantes de tão curioso acontecimento.

CONSPIRAÇÃO CONTRA D. JOÃO 6.º SENDO PRINCIPE REGENTE

No Outubro de 1805, o Principe Regente foi a huma jornada de Caça em Samóra Correia, demorou-se ahi hum mez athé que chegou o tempo das chuvas; este paiz pistilente em tal estação fez adoecer de malinas muitos Criados de sua familia, de que cahio ultimamente Joaquim José de Souza Lobato seu Guarda Roupa, e no seguinte cahio tambem Thomaz Antonio q̃ tinha acompanhado o Principe por terem ido os Ministros Conde de Villa Verde e Antonio de Araujo.

O Principe, então volta para Queluz; e aquelles dois padecerão doenças muito fortes de que estiverão em grande perigo, e S. A. R. passadas tres Semanas de rezidencia em Queluz, cahio doente de huma molestia nervoza, que se explicava por convuloções irrantes nos Intestinos, nas faces, em abatimentos etc. A openião do seu Medico foi ser hum ataque da mesma qualidade das molestias de Samóra; mas que não chegou ao gráo de intinsidade com que tinhão sido atacados os outros.

Esta molestia cauzou muito susto e aprehenção ao Principe, e achando-se milhor sahia a passear pella Quinta de Caxias, e outras athé que determinou hir estar alguns dias no Alfeite, huma Quinta de fronte de Lisboa da outra parte do Tejo.

Thomaz Antonio, logo que convalesceo tendo hido beijar a mão ao Principe a Quinta de Caxias, ahi recebeo ordem para q̃ fosse para o Alfeite; para honde o Principe mandou ir mui poucas pessoas, e ahi elle foi testemunha ocular na grande intriga q̃ se levantou sobre a Regencia.

Hum frade de Mafra Frei Gregorio de N.ª Snr.ª hindo ao Alfeite saber do Principe, contou a Thomaz Antonio as novidades que então corrião em Mafra, e Lisboa sobre a molestia do Principe, nada menos do que dizer-se na aprehenção melancolica que o inhabilitaria, e faria entrar outra Regencia, que

huns dezião pertencer á Princeza Regente, outros dever ser á Princeza Viuva; Elle incombioo de que voltace a Lisboa, indagace quanto podesse, e o fosse instruir do que se passava, mas só em certas familias, e principalmente relativas á Senhora D. Maria Moscozo.

Destas noticias inferio ser perigosa a demora de S. A. R. no Alfeite; comunicou o seu juizo ao Medico Manoel Vieira da Silva, e a João Diogo de Barros, e assim e assentarão que convinha facelitar a entrada a falar a S. A. R. a quanta gente viesse de Lisboa, mas principalmente a hir mesmo S. A. R. a Queluz beijar a mão á Rainha, e hir á Madre de Deos como costumava a Corte. Porque esperando S. A. R. passar a tomar os ares do Alemtejo hera necessario desmanchar a vós popular de que estava doente, e incapaz de governar pois a molestia hera outra, e bastava ser visto, e falar se lhe para dezengano.

Thomaz Antonio, então partecipou a S. A. R. que hera necessario esta medida; e não a comonicou a Menistro algum, nem explicou ao Princepe as rezoens por ser muito melindroza semelhante materia, cujo segredo não sahio daquelles 3 confidentes. Custou muito ao Princepe a fazer a jornada preocupado do receio de ter alguma convulção no mar; porem foi, acompanhou-o o Medico, voltou milhor e despós a sua jornada para o Alemtejo no dia 17 de Janeiro de 1806.

Ficou em Lisboa incombido de observar o q̃ se passava o mesmo Frade, e de hir a Villa Viçoza dar parte. Foi no mez de Fevereiro, e então já o Princepe estava bom, e restabelecido com o exercicio da Caça na Tapada de Villa Viçoza aonde se demorou muito mais do que esperava. O Marquez de Alorna estava governador da Provincia, e o Princepe dando-lhes [sic] Audiencia todos os dias lhe tomou amizade. Os Negocios dali se continuavão pellos Menistros, mas ahi se dezenvolveo mais a intriga, e augmentarão as suspeitas pellos factos que Frei Gregorio veio contar.

Infelismente a Princeza Regente tendo por muito valida D. Marianna no tempo em que o Princepe estava no Alfeite, a pós fora do seu quarto, sem se saber a rezão. Esta Senhora foi á jornada acompanhando seu marido Francisco Rufino de Souza Lobato muito estimado do Princepe. Supoemse que por vingança ella ahi acuzou a Princeza; e principiou hum divorcio na familia Real q̃ dura ainda hoje em 1812. Foi couza Fatal! e não obstante todas as deligencias do Conde de Villa Verde, e de Thomaz Antonio, e de João Diogo, e de Vieira, não pode mais congrassar-se, e disto rezultou a desgraça do Be-

neficiado João Luiz, e do Conigo Valinho, que foi a vizitar a Princeza da parte de Moscozo (segundo se disse) e de outros.

As noticias de Frei Gregorio fizerão imaginar a Thomaz Antonio que hera necessario voltar o Princepe á Corte para o Beija mão dos Annos da Princeza a 25 de Abril. Emtrou a prover isto não obstante exporse a que o Princepe se rescentisse; e felismente conseguio que elle para esse tempo determinasse a jornada. Chegado Sua A. R. á Corte mais não houve aparencia alguma de que tivesse havido sobre Regencia desconfiança, ou intriga, e tudo se achava dissipado. Continuando porem a intriga e dezunião entre o Princepe e a Princeza em que Francisco Lobato achava a sua vantagem por se fazer com isso mais valido, e tendo outra repetição das convulçoens, estando na Bemposta em hum dos dias em que foi a esse Palacio ahonde costumava hir dar audiencia publica, e concorrendo o dizer lhe imprudentemente o Doutor Vandelli, que em Lisboa se dezia que a molestia hera de Alienação do espirito, o Princepe mandou pello Ajudante do Intendente da Policia averiguar o que se tinha passado desde o tempo da sua jornada ao Alfeite, e ordenou isso mesmo ao Conde de Villa Verde.

Isto se passou depois de S. João em que o Princepe foi para Mafra, deixando a rezidencia de Queluz, e o Intendente e seu Ajudante entrando nas suas indagaçoens fizerão verificar o mesmo que estava prevenido pello q̃ pertencia aos Fidalgos.

Veio a constar das preguntas que se fizerão a todos = Que tendose manifestado a molestia do Princepe, o Marquez de Alorna, e o Conde de Sarzedas, Marquez de Ponte de Lima e Conde de Sabugal, conferirão que devião segurar a Regencia na Pessoa da Princeza, no cazo que o Princepe se inablilitasse; fizerão estas conferencias em caza de Jacinto Fernandes Bandeira, repartirão entre si os logares do novo Ministerio, e reduzirão a Fr. Antonio Abrantes para que falasse n'isso á Princeza, e desse o seu Consentimento. A Senhora Moscozo estabeleceu na Sua Caza as conversas continuas sobre a molestia do Princepe, incapassidade dos seus validos etc. atribuindo lhe que estes o retiravão da Corte para se ignorar o estado em que estava. Que tinhão convidado outros Fidalgos mossos, e particularmente o Marquez das Minas, mas que este respondera que herão rapaziadas em que elle não entrava, que não tinha que seguir senão a quem fosse o legitimo Soberano.

Que ministraram finalmente hum decreto para a nomeação da Princeza para Regente e foi incombido o Conde de Cavalleiros para o hir aprezentar a

Villa Viçoza para ser assignado pello Princepe, e que o dia destinado para isso hera tendo passado 25 de Abril, sem o Princepe se recolher á Corte, porque essa falta mostrava, ou incapacidade da sua parte, ou força da parte dos validos = Esta averiguação de Policia partecipada ao Princepe, o fez comunicar a dois Menistros, hum achava ser isto digno de castigo, o outro que hera o Conde de Villa Verde não queria se descobrisse ao publico este negocio; Thomaz Antonio que continuava a conservar ingerencia neste negocio, por ser o primeiro que tinha previsto e evitado instava com o Conde que não procedeo: 1.º por que desde Abril isto se tinha desvanecido e prevenido, e então já nada hera. 2.º por que o que ainda existia comprometia a Princeza, era hum Divorcio, que ainda ficaria piór. 3.º porque nisto só se sabia a respeito dos Fidalgos; mas da prezistencia de Mescozo, e dos Hespanhoes nada se tinha averiguado.

Seguio por tanto o Conde hum meio termo: fez sahir para a India o Conde de Sarzedas para onde estava despachado Vice Rey: e para o Alemtejo o Marquez da Lorna, depois d'elle o reprehender: o Conde de Sabugal, o Marquez de Ponte de Lima, sahirão em comissoens para Almeida, e para o Algarve, e o Conde de Cavalleiros que estava então nas Caldas o fez demorar na sua Quinta; e assim ficou este negocio sem outro procedimento: o Princepe falou á Princeza nisto, e ella respondeo lhe que não os protegia nisso nem lhe tinha dado Assenço.

He o que se passou sobre esta materia em que o publico, e o escriptor do papel = Estado de Portugal nos ultimos trinta annos = dizem muito sonho e falcidades. Hoje que são passados mais annos, e se tem resgado mais o véo que cobria taes segredos; o juizo que eu firmo hé o seguinte.

O ultimo recondito desta intriga hera fazer passar o Governo do Reino para o Princepe da Paz; figurando ElRey de Hespanha, como tutor do Princepe da Beira, e a trama hera desposta pella mesma mão, e o foi no mesmo tempo em que Bournivialle principiou a dezordem na familia Real de Hespanha.

Os Fidalgos forão induzidos por Bandeira, para entrarem na mudança da Regencia, supondo que veria a ser certa a molestia do Princepe, mas como ao mesmo tempo se dezacreditava a Princeza, se pertendia fazela passar perante a Nação por indigna da Regencia, e por concequencia Sua Magestade Catholica faria o favor de nos governar.

Este hera o projecto que se deve atribuir a Moscozo, que ao mesmo tempo

excluia D. Marianna separava a Princeza da amizade do Principe e se enganava aquella para lhe vir a tirar o governo: Este Juizo he mui provavel combinando o tempo desta intriga, com a que houve na familia Real de Hespanha com os Principes das Asturias: observando a teima, e perseverança de D. Maria de Moscozo, e todo o seu partido, em acuzar ao Principe de doente, e promover o Decreto, apezar de quantas testemunhas havia de que elle já estava bom. Acabou isto quando finalmente determinou S. A. R. que ella não voltasse ao Paço e em observar o comportamento da Princeza de não ter dado assensso aos Fidalgos; e ainda menos á Moscozo de quem pareceo se não fiava nada.

(Mss. da Biblioteca Nacional de Lisboa,
n.º 854, *Colecção Moreira—Sentenças*,
fls. 409-412 v.º).